

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: UM PROJETO EMANCIPATÓRIO?

José Bezerra da Silva¹
filosofojb@hotmail.com

Anderson de Alencar Menezes²
anderufal@gmail.com

RESUMO

Este artigo discorre sobre a educação escolar quilombola, criada em 2010, diferenciada da educação das relações étnico-raciais por apresentar as características da ancestralidade, da territorialidade e do uso coletivo da terra como possíveis meios de conexão com o ideário da emancipação humana na esteira da reflexão filosófica elaborada por Herbert Marcuse. Desse modo, a citada modalidade de educação, apesar de fixada em contexto de inclusão social, resvala para outro âmbito, visto que as características citadas focalizam uma profunda e radical crítica ao modo de produção capitalista e enseja a sua superação.

PALAVRAS-CHAVE: educação-quilombola-emancipação-Marcuse.

1.INTRODUÇÃO

A educação escolar quilombola, criada em 2010, através de seminário para este fim, ocorrido em Brasília, DF, nos dias 9 a 11 de novembro, teve suas diretrizes publicadas em 20 de novembro de 2012 e está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, devendo obrigatoriamente constar dos planos estaduais e municipais nos municípios onde há comunidade quilombola (SILVA, 2015).

Por suas características básicas assume uma postura diversa da educação das relações étnico-raciais, de 2004, pois dentre outras, reporta-se à ancestralidade, ao território e ao uso coletivo da terra como sendo um grande diferencial, apesar de ter sido elaborada no contexto das políticas públicas das ações afirmativas a fim de compor apenas o projeto estatal de inclusão social e sem denotar qualquer perspectiva voltada à transformação da

¹ Autor. Mestre em educação pela Universidade Federal de Alagoas-(UFAL), pesquisa educação escolar quilombola, cursa doutorado (PPGE/UFAL), leciona filosofia e preside o Instituto Vozes Quilombolas – (IVQ).

² Coautor. Doutor em ciências da educação pela Universidade do Porto, Portugal e professor da Universidade Federal de Alagoas-(UFAL), campus A.C. Simões, Maceió, líder do grupo de pesquisa Teoria Crítica, Emancipação e Reconhecimento – (TECER).

sociabilidade vigente, em que ocorra a superação do modo de produção capitalista por outro certamente consubstanciado em relações sociais plenamente humanizadas (SILVA, 2017), conforme sugestiva reflexão filosófica marcuseana.

Portanto, a educação escolar quilombola, restrita ao âmbito conformativo das políticas estatais devido a sua elaboração, todavia por causa de algumas de suas características pende naturalmente para o viés da emancipação humana, pois a ancestralidade ressignificada introduz a quilombagem (MOURA, 2001) enquanto prática social de enfrentamento, de resistência e de radical oposição que tem percorrido a história como num fio condutor até alcançar os dias atuais.

Este artigo problematiza a possibilidade de a educação escolar quilombola se interconectar naturalmente ao pensamento do filósofo Herbert Marcuse, notadamente à categoria da emancipação humana.

2. DESENVOLVIMENTO

A educação escolar quilombola atende especificamente os remanescentes de quilombos espalhados pelo território nacional, quer estudem em escola situada na sua própria comunidade ou em escola da circunvizinhança, ou até mesmo na cidade sede do município. A escola recebedora de número significativo de estudantes quilombolas necessariamente deve se voltar a esta modalidade de educação, introduzindo no seu Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como na matriz curricular de cada escola e no plano de aula de cada disciplina a fim de que discorram sobre a realidade quilombola, com destaque para a comunidade local.

A educação quilombola é compreendida como um processo amplo – que inclui a família, a convivência com os outros, as relações de trabalho e com o sagrado e as vivências da comunidade. Assim, compreende-se a educação como um processo que faz parte da humanidade e está presente em toda e qualquer sociedade, e a escolarização é um recorte do processo educativo mais amplo [...]. Pensar em educações quilombolas implica, portanto, entender as relações existentes no dia-a-dia das pessoas, a relação entre os homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos e a relação com a terra, com o sagrado, com a cultura e com as diversas formas de organização. (BARROS; TEIXEIRA, s/d, p. 7 e 10).

Como se vê, a citada modalidade de educação valoriza o local, o cotidiano, a vida comunitária com seus afazeres, as relações entrecortadas por laços familiares e de

solidariedade, por isso se posiciona de maneira diversa da educação das relações étnico-raciais, que atende o universo afro brasileiro de maneira geral sem considerar as suas particularidades. Nesta maneira de conceituação, não se vê qualquer sentido rebelde, de enfrentamento ao sistema e nem alguma proposta de transformação da realidade social. No conjunto, a educação escolar quilombola não exclui o conjunto de saberes e conhecimentos escolares que compõe o currículo da educação básica nacional, ou seja, o currículo nacional comum. É apenas e importante diferencial que adequa a escola à vida comunitária e seus valores, costumes, gostos e preferências.

A elaboração de uma proposta de educação escolar quilombola não significa romper com os conhecimentos escolares, mas sim, buscar incorporar a esses conhecimentos a dinâmica do cotidiano, o jogo simbólico da vida, o crescimento e aprimoramento que permeiam as comunidades quilombolas marcados na dimensão do desafio, da luta e do enfrentamento das dificuldades que se materializam em distintos graus nessas comunidades. Assim, o lugar deve ser considerado um componente indispensável para construção da educação escolar quilombola. Os conteúdos escolares ao sintonizarem a natureza histórica e cultural das comunidades quilombolas terão sentido e relevância para os alunos/as quilombolas. O vínculo da escola com a concretude vivenciada é talvez a mais importante estratégia político/pedagógica para ajudar esses alunos/as a compreender e indagar sobre suas realidades para poder modificá-la. (PARANÁ, 2010, p. 12).

Merece destaque as características básicas da citada modalidade de educação, visto que três dentre elas, a territorialidade, a ancestralidade e o uso coletivo da terra se prestam para a uma relação dialógica com a categoria da emancipação humana, sob a perspectiva de Marcuse, como será visto adiante.

Como política de estado, objetiva fundamentalmente a ampliação do nível de escolarização do contingente humano afro-quilombola, que historicamente foi privado de frequentar a escola, bem como proceder a sua inclusão social com vistas à melhoria de suas condições de vida, por isso, a citada modalidade de educação valoriza o local, a comunidade, sua história, costumes e cotidianidade. Valoriza também os aspectos básicos constitutivos dessas comunidades, como a ancestralidade africana, a oralidade, o território, a religião, a cosmovisão africana, o uso coletivo da terra, acrescidos de combate ao racismo e a discriminação e se entende ainda a valores específicos de cada comunidade quilombola.

O trabalho escravo contribuiu sobremaneira para o enriquecimento de vários países europeus, primeiro a Inglaterra, depois vários outros, e somente desse modo puderam realizar a revolução industrial e centralizar o modo de produção capitalista (WILLIAMS,

2012). Houve, assim, a contribuição escrava na formatação do modo de produção vigente e os quilombolas, de algum modo, visaram destruí-lo quando se puseram contra o sistema escravocrata. Daí que a ancestralidade ressignificada quer indicar a existência de um potencial, de uma força presente no meio quilombola que se punha contra o sistema e ao mesmo tempo construía outra maneira de sociabilidade, marcada pelo uso coletivo da terra, rompendo com o individualismo, base filosófica do capitalismo e sugerindo abertura para o socialismo. Consequentemente a quilombagem, ou seja, a luta, o enfrentamento, a oposição radical ao sistema e ao mesmo tempo a construção de formas novas de convivência, vai desorganizar a produção pela escassez de mão de obra e isto resulta na corrosão do sistema por dentro. Portanto, a ação quilombola significou a destruição do modo de produção que os negros/negras na situação de escravizados tinham contribuído para a sua formação.

Quanto à emancipação há três significativos tipos, que tanto podem como devem ser articulados com a educação escolar quilombola. O primeiro tipo é a emancipação iluminista, na qual os indivíduos escolarizados buscam se adequar ao modelo de sociedade predominante (MENEZES, 2014). Neste caso, a escola e o ensino se curvam diante do capital para reproduzi-lo, com a colaboração de pessoas bem formadas e de grande lucidez teórica. Centralizam suas opiniões e leitura de mundo no uso regular da razão. O segundo tipo é a emancipação política (BERTOLDO, 2009). É concedida pelo estado aos indivíduos e no caso em apreço aos quilombolas através das mais diversas políticas públicas de inclusão social, mas sempre em doses homeopáticas. Em terceiro e último lugar há a emancipação humana, cuja efetividade somente é possível mediante uma ação revolucionária baseada numa teoria condizente com os interesses dos envolvidos.

A força quilombola, esse potencial, essa predisposição inata para a luta, denominada de quilombagem impulsionadora de transformação social qualitativa (MARCUSE, 1973), apesar de não dispor de uma teoria revolucionária (GENOVESE, 1983) se assemelha à sistemática teórico-revolucionária desenvolvida pela crítica marxiana. Por consequência, ambas vislumbram a estruturação de uma sociabilidade marcada pela vontade livre das pessoas, com o permissivo de que o trabalho seja uma fonte de produção de riqueza sem crescentes doses de sofrimento e alienação e que a distribuição da riqueza produzida se faça de maneira que as necessidades sejam atendidas de conformidade com o trabalho realizado, sem apropriação descabida por parte de poucos em detrimento da maioria.

Por outro lado, a ideia de emancipação é peculiar ao universo escolar, pois o estudo gera ou deve gerar no estudante o uso e o gozo da emancipação, no sentido de poder fazer opções claras, desalienadas e direcionadas a uma convivência social racionalmente válida, podendo

optar inclusive pela militância em busca de transformação social qualitativa. Por isso emancipar-se é também uma opção política frente ao *status quo*,

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar quilombola veio preencher grande lacuna no âmbito da escolarização da população quilombola brasileira. Inserida no contexto das políticas públicas, não foi ainda assumida pelos estados e municípios onde há estudantes quilombolas, provavelmente por vários motivos. Primeiro porque não foi criada mediante lei. Segundo, porque centraliza a educação de quilombola na própria comunidade e a oferta da educação básica tem se centralizado na cidade sede do município ou em escola pólo que costumeiramente não está situada em comunidade quilombola. Terceiro e este é o enfoque tratado aqui, a educação escolar quilombola rememora questões centrais, como a posse e uso da terra, a quilombagem e a possibilidade de os próprios quilombolas se constituírem no novo sujeito revolucionário. Consequentemente não há interesse político de governo em ver implementada a citada modalidade de educação no cenário nacional, apesar dos avanços ocorridos em alguns estados, como Pernambuco, Paraná e Santa Catarina.

O ideário revolucionário, indicativo de implementação do socialismo, não vem sendo cogitado pelos movimentos afro-quilombolas a considerar a produção acadêmica disponibilizada nos sites oficiais, bem como nas publicações de eventos e nos sites de órgãos que trabalham com quilombolas. Certamente porque este não é o direcionamento atual, visto que vigora apenas a inclusão social e o próprio estado tem assumido as bandeiras de luta dos próprios movimentos sociais. No mais, esta ideia de transformação qualitativa é posta a destempo e parece loucura permanecer com os olhos fixos neste horizonte.

Contudo, diante da desumanização implementada pelo modo de produção capitalista - destruição ambiental, concentração da riqueza produzida mundialmente, população imensa vivendo abaixo da linha de pobreza, intenso uso de agrotóxicos, poluição, práticas desumanas no trabalho, exploração sexual de mulheres e crianças - e pelas tentativas de corrigi-lo sem sucesso, visto ser essencialmente incorrigível, vale apenas optar por outro modo de produção, no caso o socialismo como sinônimo de emancipação humana, sem negar, porém, a necessidade de se lutar intensamente pelos direitos já adquiridos legalmente e por outros que possam vir a ser conquistados. Assim, a obtenção de direitos coroada por meio de muitas lutas não é ainda o horizonte final a se alcançado, apesar de sua grandiosíssima importância, mas apenas um meio de se superar o capital.

4. REFERÊNCIAS

BARROS, Maria das Dores; TEIXEIRA, Aldenice. **Educação Quilombola**: um direito a ser efetivado. Recife: Centro de Cultura Luiz Freire; Instituto Sumauma, s/d.

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e Educação no Brasil**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. Maceió: Edufal, 2009.

GENOVESE, Eugene. **Da Rebelião à Revolução**. São Paulo: Global, 1983.

MARCUSE, Herbert. **Um ensayo sobre la liberación**. México: Cuadernos de Joaquín Mortiz, 1975.

_____. **Eros e Civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **A Ideologia da Sociedade Industrial** – homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MENEZES, Anderson de Alencar. **Educação e Emancipação**: por uma racionalidade ético-comunicativa. Maceió: Edufal, 2014.

MOURA, Clovis. **Os quilombos na Dinâmica Social do Brasil**. Maceió: Edufal, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Educação e Desportos. **Educação escolar quilombola**: pilões, peneiras e conhecimento escolar. Curitiba, 2010.

SILVA, José Bezerra da. **Educação Escolar Quilombola**: limites e perspectivas. Palmeira dos Índios: FACESTA, 2015.

_____. José Bezerra da. Educação como práxis emancipadora. In: NEMERIANO, Aline Soares et al. **As políticas educacionais no contexto dos limites absolutos do estado e do capital em crise**. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

